

A diversidade de comportamento político das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil: indícios sob uma perspectiva histórica

SILVANA KRAUSE

Professora da Universidade Federal de Goiás.

INTODUÇÃO: DIMENSÕES DA PRESENÇA ALEMÃ NO BRASIL

O tema sobre a presença alemã no Brasil apresenta várias dimensões. Poderíamos citar alguns exemplos como: a dimensão da presença dos expedidores dos séc. 18 e 19, que tanto contribuíram para o desenvolvimento das ciências naturais e também para uma reflexão antropológica sobre o encontro de dois universos culturais tão díspares; a dimensão da presença e divulgação de conhecimentos técnicos e da tecnologia que se inicia principalmente com a imigração alemã e vai até os dias de hoje com a atuação de empresas alemãs no Brasil; e a dimensão da influência religiosa que, por intermédio da presença de imigrantes alemães luteranos, contribuiu com a formação de uma mentalidade religiosa pluralista no Brasil, dado que, até a proclamação da República brasileira, a tradição, no mínimo oficial, era católica. Não podemos esquecer também a dimensão política, especialmente no que diz respeito à presença de uma raiz liberal advinda da experiência de alguns revolucionários alemães participantes da revolução alemã do final da década de 1840, que impregnou a política de alguns estados sulinos.

Quando, de forma sucinta, menciono algumas dimensões da presença alemã no Brasil, quero também apontar que esta fomentou e fortaleceu o perfil da diversidade e heterogeneidade da sociedade brasileira.

1. A DIVERSIDADE

É importante, porém, termos claro um outro aspecto para entendermos a presença alemã no Brasil. É muito comum observarmos o compor-

tamento do imigrante alemão e das zonas coloniais alemãs com uma “lupa”, que apenas nos permite ver aquilo que o diferencia do „outro”, no caso do “lusó-brasileiro, do “de origem italiana, árabe, polonesa, africana, indígena”. Esta “lupa” serve bem, de forma geral, para construir e fortalecer identidades, enfim, para podermos saber quem somos com relação ao outro, mas negligencia um outro importantíssimo aspecto para ver quem somos com relação à nós mesmos.

A mencionada “lupa” nos leva a uma perspectiva de entender a presença alemã no Brasil, e nesse sentido, o imigrante alemão e as zonas coloniais alemãs como uma presença homogênea e uníssona. Essa perspectiva acaba por empobrecer a análise, fazendo-nos, muitas vezes, criar certos estereótipos e deixar de ver a riqueza e diversidade da realidade observada.

Com isso caímos seguidamente no erro de colocarmos no mesmo prisma de compreensão atores sociais diversos. É muito comum se falar dos “alemães” no Brasil sem considerar que temos atores sociais tão diversos. Quando menciono este aspecto quero dizer que isto serve tanto para a análise do processo de colonização e de imigração alemã no Brasil como para a análise contemporânea do comportamento das zonas coloniais alemãs. Dessa forma avaliamos com um mesmo viés explicativo o imigrante alemão que atuava na agricultura, no comércio ou na indústria artesanal, não levando em conta que estes tinham interesses econômicos muitas vezes divergentes. Da mesma maneira colocamos no mesmo viés explicativo elementos filiados à religião católica e luterana, deixando de perceber assim que ambos são movidos por *ethos* diferenciados que acabam gerando atitudes e comportamentos sociais diferenciados.

Nos dias de hoje, ao serem avaliados comportamentos políticos das zonas coloniais alemãs, escutamos falas generalizantes do comportamento, como: “o alemão é conservador, vota em partidos conservadores”. Quando, na verdade, podemos ver que em muitas zonas coloniais o comportamento eleitoral é distinto. Ou seja, algumas regiões coloniais, por fatores diversos, votam predominantemente em candidatos conservadores, outras não.

Além disso, como poderíamos explicar a atuação de lideranças políticas de sobrenome alemão com crenças ideológicas que vão da extrema direita à esquerda? Também temos que considerar que o imigrante e coloniza-

dor alemão, assim como as zonas coloniais alemãs, desenvolveram-se de formas distintas em cada região do país. As colônias alemãs no sul foram mais bem sucedidas no sentido econômico do que as da região sudeste, isso por uma série de fatores que não cabe aqui analisar.

O que queremos é, na verdade, chamar a atenção de que o tema sobre a presença alemã no Brasil tem por um lado várias dimensões e por outro é um tema que requer o reconhecimento prévio de que generalizações são problemáticas.

Partindo dessas observações iniciais, pretendo agora mais especificamente fazer algumas considerações sobre a vida política das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil sob uma perspectiva histórica.

2. O COMPORTAMENTO POLÍTICO NAS ZONAS COLONIAIS ALEMÃS

Ao observarmos a vida política do Rio Grande do Sul, devemos, sem dúvida alguma, considerar suas especificidades, que advêm de uma série de fatores que remontam à época do Brasil Império. As relações do Rio Grande do Sul com o governo federal já eram conturbadas desde o fim do primeiro reinado. Essa situação não é alterada com a instalação do Império. O Rio Grande do Sul queixava-se de não receber um tratamento adequado pelo governo central, isto principalmente no que diz respeito à política financeira. O Estado reivindicava um tratamento mais justo com relação à distribuição dos recursos federais, pois afirmava que contribuía muito com as despesas do governo central. Portanto, o Rio Grande do Sul, historicamente, percebia-se como um estado alijado do poder central. As elites econômicas agrárias gaúchas situavam-se numa posição periférica e subalterna, sem participação no poder decisório no nível nacional.

Com a Proclamação da República e a conhecida política do café com leite, esta situação não se altera de forma significativa, tanto que a Revolução de 30, da qual o Estado do Rio Grande do Sul foi uma das cabeças-mestras, demonstra a aglutinação desse descontentamento.

Nosso objetivo aqui não é analisar esta problemática, mas sua ênfase é necessária. Dentro dessas especificidades, em pleno domínio do Partido Conservador (1872) no Brasil, no Rio Grande do Sul, o Partido Liberal com

suas propostas de federalismo e descentralização vai conquistando a simpatia dos pecuaristas gaúchos, sendo vitorioso nas eleições para a Assembléia Legislativa. Em 1878, com a ascensão do Partido Liberal ao poder, o domínio dos liberais no Rio Grande do Sul se consolida.

Com a Proclamação da República, o domínio dos liberais no Rio Grande do Sul é colocado em xeque junto com o seu líder, Gaspar Silveira Martins. Porém, com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense, assiste-se a uma contínua oposição, sendo o Estado palco de dois movimentos que cristalizam e demonstram esta realidade (a luta armada de 1893/95 e a de 1923).

Grosso modo, poderíamos dizer que o PRR dispunha-se a defender um projeto modernizador, que não buscava priorizar um setor econômico da sociedade gaúcha. Sua proposta era trazer para o seu campo novos setores econômicos que estivessem dispostos a se aliar a um projeto que não fosse apenas ligado aos interesses econômicos dos setores agropecuaristas.

Na medida em que nossa preocupação é buscar uma compreensão de que forma aparece o imigrante alemão e seus descendentes na vida política, vejamos como ela era nos primórdios das primeiras colônias alemãs. Já é consensual que nos primeiros anos da colonização a participação política era praticamente nula. Também não era de interesse da elite pecuarista dividir o poder com os recém-chegados. Sem dúvida, o isolamento das colônias quanto à comunicação (falta de transportes, principalmente) gerou dificuldades de participação e integração política. Mas também já é consensual entre os estudiosos do assunto que a participação e integração das zonas coloniais alemãs está diretamente ligada ao seu desenvolvimento econômico, adquirindo, então, um passo à frente na economia gaúcha.

E é nessa conjuntura que aparece o comerciante como um setor disponível ao Partido Liberal, dando um acréscimo de forças ao projeto do partido no Rio Grande do Sul. Estabelece-se então um arranjo entre a elite pecuarista e os setores econômicos dominantes da região colonial, tendo um defensor dos estrangeiros e acatólicos o tribuno do PL, Gaspar Silveira Martins. Foi um dos batalhadores no senado para a efetivação da Lei Saraiva, de 1881, que permitia a elegibilidade dos acatólicos, conquistando a simpatia nas zonas coloniais alemãs. Quanto à participação na Assembléia Legislativa, temos a dos “Brummer” (grupo de alemães que em 1851 foram buscados

pelo Império na luta contra Rosas), como de Frederico Haensel, Ter Brüggem, Von Kalden e Frederico Bartholomay bem como a participação do jornalista Karl von Koseritz (maçom, desde 1878, membro do Partido Liberal). Na verdade, estas lideranças, apesar de não serem naturais das regiões coloniais (em termos de possuírem uma vivência diferenciada), foram logo identificadas como representantes legítimos dos interesses (dos comerciantes em grande parte) das regiões coloniais alemãs. Cabe ressaltar que, se boa parte da elite econômica colonial se aliou ao Partido Liberal, não podemos tornar este argumento absoluto, pois sabe-se da existência de divergências político-partidárias nessas regiões já nas últimas décadas da monarquia. Na última década da monarquia os dois partidos, o liberal e o conservador, tinham nos seus quadros representantes da etnia alemã. Apesar de a participação eleitoral ser bastante cerceada durante o Império às zonas coloniais (exigência de nível de renda, ser católico), a lei de organização dos municípios coloniais de 1º de outubro de 1828 possibilitou, no que tange à política local, aos imigrantes exercerem cargos de vereadores (na época conhecidos como conselheiros) sem distinção religiosa, exigindo apenas dois anos de domicílio no país, sem restrições a estrangeiros. Percebemos que esta “brecha” ocasionou uma possibilidade de manifestação dos interesses locais, em especial de articulação dos interesses econômicos, exercendo os comerciantes um papel dominante, estando, na maior parte, as câmaras municipais sob o domínio dos mesmos. Os comerciantes, portanto, eram aglutinadores do poder político local.

Com a proclamação da República, o PRR busca conquistar as zonas coloniais alemãs, principalmente os setores econômicos do comércio e da indústria nascente. Esse arranjo com os setores econômicos dominantes das regiões coloniais não é, portanto, inovador, pois foi, num certo sentido, a prática do Partido Liberal. O PRR, dentro de sua política de não atender apenas às reivindicações de uma parcela da sociedade gaúcha, tinha como meta solidificar e ampliar sua base de apoio.

A preocupação de estabelecer um arranjo com setores não ligados à elite pecuarista vem demonstrar o interesse em encontrar apoio em outras “plagas” eleitorais, na medida em que a população teuto-brasileira vinha conquistando peso na população gaúcha.

A tabela fornecida por Love (1975:138) vem corroborar esse fato:

Tabela 1: Crescimento Populacional do Rio Grande do Sul

ÁREA	1890		1920		Porcentagem de crescimento
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	1890-1920
SERRA	375 039	41,8	1 088 410	49,9	190,2%
CAMPANHA	224 195	25,0	436 594	20,0	94,7%
LITORAL	298 221	33,2	657 709	30,0	120,5%
ESTADO	897 455	100	2 182 713	100	143%

FONTE: Crescimento populacional do RGS 1890-1920 (por região) In: Diretoria Geral de Estatística, Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890 (Rio, 1989), p. 426-29 e Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V. IV (1ª parte): população (Rio, 1926), p. 228-54.

A República, com relação à participação eleitoral, extinguiu o voto censitário alterando-o pelo critério da alfabetização. O requisito de ser alfabetizado mais a naturalização em massa, possibilitada pela constituição de 1891, criou boa ampliação da participação política eleitoral, em especial nas zonas coloniais. A título de ilustração, em 1890, Santa Cruz do Sul (zona colonial alemã) é o segundo município do Rio Grande do Sul em alfabetização, com 54% de alfabetizados (KIPPER 1979: 15) e em 1921, em pesquisa feita entre nubentes do respectivo ano, estão em ordem decrescente: Estrela, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul¹.

Se as ideias republicanas tiveram dificuldades para serem propagadas no início devido ao analfabetismo, esta barreira, em tese, deveria ser bastante amainada nas zonas coloniais. Na medida em que o PRR buscava alianças com alguns setores coloniais, foi necessário que os antigos aliados do PL fossem excluídos ou cooptados na participação política.

A maioria dos estudiosos do comportamento político das zonas coloniais entende que a oposição ao PRR no Rio Grande do Sul foi fraca nestas regiões. Acreditamos, porém, que tanto na reação à Proclamação da República, como no decorrer desta, houve um comportamento político oposicionista em algumas zonas coloniais, que, a nosso ver, não pode ser totalmente negligenciado, pois este, quando alguma conjuntura específica permitia, aparecia no cenário. Como indicador disso, percebemos, por exemplo, que a revolução federalista em algumas zonas coloniais alemãs manifestou-se como

adesão aos federalistas. Nas eleições governamentais de 1907 (portanto 18 anos após a Proclamação da República), o chefe do PRR de São Gabriel, Fernando Abbott, desliga-se do partido e alia-se aos dissidentes republicanos com o apoio de Assis Brasil, concorrendo a governador em disputa com o candidato de Borges de Medeiros (que então não se recandidata), Barbosa Gonçalves. Observamos que nesse ano, em algumas zonas coloniais alemãs antigas, o candidato da oposição faz uma votação expressiva, vencendo em alguns municípios.

Tabela 2: Eleições Estaduais de 1907 nas Colônias Antigas

MUNICÍPIO	Carlos Barbosa	Fernando Abbott	Percentual da oposição
Estrela	633	959	60%
Lajeado	791	845	51%
Montenegro	991	847	46%
Santa Cruz do Sul	1001	730	42%
São Leopoldo	1634	1101	40%
São Lourenço	834	61	6%
São Sebastião do Caí	591	441	42%
Taquara	2677	208	7%
Venâncio Aires	712	429	37%

FONTE: Jornal “Kolonie”, 30 de novembro de 1907.

Se as eleições de 1907 demonstram uma votação respeitável da oposição na zona colonial alemã, tal fato não pode ser constatado em 1922. Sem a intenção de entrarmos nos aspectos posteriores a essas eleições, como a luta armada de 1923 e após o Pacto de Pedras Altas, percebemos que nessa situação as zonas coloniais alemãs não aderiram de forma significativa ao voto em Assis Brasil. Os dados confirmam esse fato, por exemplo, nas colônias alemãs antigas.

Tabela 3: Eleições Estaduais de 1922 nas Colônias Antigas

Município	Borges de Medeiros	Assis Brasil	Percentual da Oposição	Total de Votos Válidos	Total de População	Percentual de Eleitores
Cai	4132	250	5%	4382	36130	12,1%
Estrela	1035	138	12%	1173	23790	4,9%
Lajeado	2343	242	9%	2585	37360	6,9%
Montenegro	1548	319	17%	1867	41420	4,5%
Santa Cruz do Sul	1434	357	19%	1791	35420	5,0%
São Leopoldo	2132	250	10%	2382	45860	5,1%
São Lourenço	2153	374	14%	2527	19560	12,9%
Taquara	3112	418	11%	3536	37530	9,4%
Venâncio Aires	1178	56	4%	1234	18640	6,6%
					Média	7,2%

FONTE: Roche 1969: 733; Gertz 1987: 43.

Essa inexpressiva votação da oposição nas zonas coloniais demonstra um aspecto que não pode ser desconsiderado sob hipótese alguma, mesmo que a eleição de 1922 tenha sido caracterizada por alto índice de ocorrências de fraudes. Se em 1907 as zonas coloniais votam significativamente na oposição, este fato é totalmente alterado em 1922, quando novamente a oposição tem um candidato próprio. Porém, ao observarmos a zona da campanha, constatamos que, apesar de a oposição ter feito uma votação expressiva, o nível de participação eleitoral da campanha não é muito diferente da zona colonial alemã.

Tabela 4: Eleições Estaduais de 1922

Município	Borges de Medeiros	Assis Brasil	Percentual da Oposição	Total de Votos Válidos	Total de População	Percentual de Eleitores
Alegrete	531	244	31,4%	775	30770	2,5%
Bagé	3309	1284	27,1%	42770	42770	10,8%
Canguçu	948	745	44%	32230	32230	5,2%
Caçapava	712	682	48%	20060	20060	6,9%
Encruzilhada	684	502	42%	27210	27210	4,3%
Erval	386	223	36%	9250	9250	6,5%
Palmeira	1867	1002	34%	43876	43876	6,5%
Quaraí	723	373	34%	14540	14540	7,5%
Uruguai-ana	1270	883	41%	31870	31870	6,7%
					Média	6,4%

FONTE: Roche 1969:733; Gertz 1986: 43.

É preciso também considerar que a votação em massa no candidato situacionista (PRR) nas zonas coloniais tem motivações diferentes. A elite econômica colonial era o sócio menor, mas procurava assim garantir seus interesses econômicos. Já os colonos alemães agricultores (pequenos proprietários) procuravam votar no governo para trabalhar em paz.

Também temos que levar em conta que o PRR não rompeu totalmente com alguns princípios liberais, fato que não prejudicou de maneira decisiva a identidade de alguns setores coloniais que tradicionalmente se aproximaram do Partido Liberal. Um dos principais fatores de barganha e simpatia política das zonas coloniais alemãs, conquistado pelo PRR, foram as políticas do governo na construção de vias férreas, escolas, estradas, etc.. A oposição, porém, tinha adquirido uma tradição da época da monarquia (PL), que não desapareceu por completo. Mesmo com as políticas do PRR de não priorizar os interesses dos pecuaristas, de modernizar a economia, de a República ter abolido a religião católica como a religião oficial do país, enfim, uma série de políticas que em princípio favoreciam as zonas coloniais alemãs, entendemos que não significaram a eliminação completa da oposição. Os desentendimen-

tos do líder das zonas coloniais alemãs, Koseritz, com Castilhos, por exemplo, deixaram raízes que não foram arrancadas por inteiro.

Acreditamos, porém, que essa compreensão política distinta das elites econômicas coloniais situa-se também em variáveis que dizem respeito a uma realidade distinta e própria destas zonas, que são: as relações entre os partidos e estas elites que se sedimentaram, por exemplo, a partir da tradição de fidelidade a algumas personalidades (por exemplo Gaspar Silveira Martins, Koseritz); a questão étnica (como elemento que faz criar uma identidade que não a do gaúcho); o problema religioso, que muitas vezes gerou compreensão e atitude política divergente entre os habitantes das zonas coloniais alemãs; e o germanismo, que muitas vezes serviu como uma forma de dominação entre os próprios teutos.

CONCLUSÃO

Ao procurarmos mostrar, de forma breve, indícios da diversidade do comportamento político das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil sob uma perspectiva histórica queremos, na verdade, refletir sobre o significado de identidade étnica e como esta se relaciona e se situa em outras esferas de construção de identidades.

É comum, quando discutimos identidade de grupos, fazermos uma definição a partir de um elemento que escolhemos como o articulador da construção identitária. Quando focamos a identidade étnica, estamos adotando uma perspectiva que focaliza um aspecto identitário. Ou seja, uma faceta que compõe um leque multifacetado da construção de um sujeito que é composto por um universo de identidades múltiplas. Identidades são construídas por inúmeros prismas, pela etnia (povos germânicos), pela região (gaúcho-paulista), pela religião (católico-protestante), pela classe social (comerciante, industrial, agricultor), pela política (liberal, conservador, direita-esquerda), pelo gênero, etc.

Um sujeito incorpora várias identidades que muitas vezes são complementares, outras vezes, conflitivas. Quando olhamos o elemento teuto-brasileiro percebemos esse aspecto de forma muito clara. Ser teuto-brasileiro significou, em alguns momentos da história brasileira, incorporar uma relação conflitiva explícita, na qual a língua (elemento identitário fundamental) foi

expressão máxima de um conflito, com a proibição da língua alemã no período do governo Vargas. Em outras circunstâncias, incorporou uma relação conflitiva implícita, na qual é preciso constantemente incorporar elementos culturais díspares, como, por exemplo, o sentido da obediência baseado fundamentalmente em princípios de hierarquia, e o sentido da obediência baseado fundamentalmente no princípio da vontade, do voluntário e muitas vezes da voluntariedade.

Ser teuto-brasileiro significou e significa também o reconhecimento de que se incorpora ao mesmo tempo não apenas dois universos culturais, mas também que cada um destes dois universos simbolizam realidades heterogêneas e multifacetadas, capazes de apresentarem elementos ora conflitivos, ora complementares, ora integrativos, ora excludentes.

Finalizando, aqui intencionávamos mostrar a importância de uma reflexão a partir de estudos que mostrem a heterogeneidade do grupo em questão, reforçando o debate das identidades múltiplas incorporadas pelos diversos sujeitos integrantes de um mesmo grupo étnico. Tais estudos contribuem para mostrar a fragilidade de teorias identitárias reducionistas.

NOTAS

¹ Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho. Anno de 1921 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

REFERÊNCIAS

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. Caxias do Sul: Editora Si-nodal. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

FONSECA, Pedro Dutra. *RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVANA KRAUSER

- _____. *O aviador e o carroceiro. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*: Porto Alegre, Edipucrs, 2002.
- HUNSHE, Carlos H. *O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - Província de São Pedro*: Porto Alegre, Gráfica Editora A Nação, 1975.
- _____. *Protestantismo no Sul do Brasil - nos quinhentos anos do Nascimento de Lutero (1483-1983)*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1983.
- KIPPER, Maria Hoppe. *A Campanha da Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-45)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do Tempo. Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- KUNERT, Udo Ingo. "Tentativas de Organização Política na Co-lônia Alemã de São Sebastião do Cai". In: *Simpósio da História da Igreja*. São Leopoldo: Sinodal, co-ed. De Roter-mund, 1986.
- LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, uma Interpretação Sociológica*. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jathay, "O Imigrante na Política Rio-Grandense". In: *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "A Questão Religiosa e os Protestantes no Rio Grande do Sul". In: *Simpósio da História da Igreja*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1986.
- _____. "O PRR e os Alemães no Rio Grande do Sul". In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.
- _____. "A Política Rio-Grandense no Império" In: *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. "A Revolução Federalista no Vale do Taquari". In: *IV Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 1980.
- TRINDADE, Hégio. "Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio Grandense (1882-1927). Da Confrontação Autoritário-Liberal à Implosão da Aliança Político-Revolucionária de 30". In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (ORGS.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos imigrantes alemães no Brasil, Estudo Antropológico dos Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

RESUMO: Procura-se apontar a diversidade do comportamento político das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil sob uma perspectiva histórica, além de fazer uma reflexão sobre identidade étnica e como esta se relaciona e se situa em outras esferas da construção de identidades. A heterogeneidade do grupo em questão incrementa o debate das identidades múltiplas incorporadas pelos diversos sujeitos integrantes de um mesmo grupo étnico. Esse estudo contribui para mostrar a fragilidade de concepções identitárias reducionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Zonas coloniais alemãs, política e federação, religião, política e identidade étnica.

ABSTRACT: This article intends to show the diversity of political behaviour of german colonies in Southern Brazil from an historical perspective and consider how ethnic identity relates to the construction of other identities. The heterogeneity of german immigrants adds new elements to the discussion about incorporation of multiple identities of individuals pertaining to the same ethnic group. This research contributes to show the fragility of the reductionist conceptions of ethnic identities.

KEY-WORDS: German colonies, politics and federation, religion, politics and ethnic identity

